



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

PROCESSO Nº : 10909.001217/98-17  
SESSÃO DE : 20 de agosto de 2002  
ACÓRDÃO Nº : 303-30.376  
RECURSO Nº : 120.141  
RECORRENTE : CANGURU EMBALAGENS CRICIÚMA LTDA.  
RECORRIDA : DRJ/FLORIANÓPOLIS/SC

ENQUADRAMENTO EM "EX" TARIFÁRIO QUE ASSINALA TRIBUTAÇÃO À ALÍQUOTA ZERO - IMPOSSIBILIDADE FACE À CONTUNDENTE PROVA PERICIAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, CONTRA A QUAL NÃO SE INSURGIU O CONTRIBUINTE.

Questões técnicas devem ser dirimidas com o auxílio de Laudo Pericial. Se o contribuinte, intimado a se manifestar, permanece inerte, o processo deve ser julgado com base nos elementos constantes nos autos.

**RECURSO VOLUNTÁRIO DESPROVIDO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 20 de agosto de 2002

JOÃO HOLANDA COSTA  
Presidente

19 SET 2002

NILTON LUIZ BARTOLI  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: ANELISE DAUDT PRIETO, ZENALDO LOIBMAN, IRINEU BIANCHI, PAULO DE ASSIS, CARLOS FERNANDO FIGUEIREDO BARROS e HÉLIO GIL GRACINDO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.141  
ACÓRDÃO N° : 303-30.376  
RECORRENTE : CANGURU EMBALAGENS CRICIÚMA LTDA.  
RECORRIDA : DRJ/FLORIANÓPOLIS/SC  
RELATOR(A) : NILTON LUIZ BARTOLI

### RELATÓRIO

O presente processo já esteve em análise por esta Eg. Câmara, quando resolveu-se por converter o julgamento em diligência, oportunidade em que fui o conselheiro designado e elaborei Relatório e Voto do mesmo.

Desta feita, adoto o Relatório de fls. 141/146, o qual passo agora a transcrever:

“A empresa acima qualificada teve contra si lavrado Auto de Infração, por ter entendido a fiscalização ter sido a mercadoria importada classificada erroneamente conforme consta da Declaração de Importação nº 97/1211881-9/0001, sendo-lhe portanto exigido o montante de R\$ 680.980,61, a título de Imposto de Importação, multas e juros de mora.

Segundo a declaração da Recorrente, a correta classificação seria 8477.20.90, com enquadramento no destaque tarifário “EX” 010 da Portaria MF 279/66 onde a alíquota do Imposto de Importação é de 0%.

Ocorre que, de acordo com a fiscalização e laudos solicitados para averiguar a lide, foi concluído que, “em verdade trata-se de uma linha de produção de filmes plásticos incluindo outros equipamentos além da extrusora. A extrusora não é do tipo planetária”. Diferentemente do alegado pela recorrente, que sustenta ser a máquina extrusora planetária para termoplástico, com dois ou mais estágios com capacidade de produção 600 a 650 KG/h, com controle de espessura computadorizado.

Para dirimir tal conflito, foram solicitados dois laudos diferentes e laudos complementares que trouxeram em seu bojo detalhamento das características da máquina e fotos ilustrativas.

Após solicitar maiores esclarecimentos aos Peritos nomeados, a fim de examinar a alegação da contribuinte de que o elemento

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.141  
ACÓRDÃO N° : 303-30.376

descrito no catálogo *Traversanip Oscilating Hauloff* (fls. 54) corresponderia a um sistema planetário, a Fiscalização concluiu:

*"Na realidade, trata-se o dispositivo em voga de um outro componente da linha funcional, distinto da extrusora, que tem função de puxar e uniformizar o filme plástico. Não possui, portanto, esse equipamento, qualquer relação com o atributo que caracteriza uma extrusora planetária - como demonstrado, a existência de fusos periféricos circundando o fuso central - uma vez que tal equipamento, sequer, é parte da extrusora." (conforme o original - fls. 09).*

Interpretou a fiscalização, que tanto a declaração apresentada pelo importador como a fatura comercial não classificaram corretamente a mercadoria incorrendo portanto na infração penalizada com a multa prevista no art. 44, inciso I, da Lei nº 9.430/96.

Intimada, a recorrente apresentou sua impugnação de fls. 64/73 em 02/09/98 alegando fundamentalmente que:

- I. o equipamento importado é uma máquina extrusora planetária para termoplástico e contém um sistema planetário, tal como descrito no catálogo;
- II. a grande dúvida a dirimir está no fato de que, se for considerada a importação de uma extrusora, esta não será planetária e se for considerada como uma linha ou conjunto, então é planetária, posto um de seus elementos conter tal característica;
- III. ressalta-se que o Fisco adotou a primeira interpretação e diante desta ambigüidade é que foi exigido da Recorrente multas e imposto de forma indevida;
- IV. no que tange a classificação propriamente dita, esta deve ser norteada pelas regras inscritas no artigo 100 e parágrafo único do Regulamento Aduaneiro, das Regras Gerais e das Regras Gerais Complementares e, subsidiariamente, pelas Notas Explicativas da Nomenclatura do Conselho de Cooperação Aduaneira (NENCCA) o que não foi sequer citado pela fiscalização para classificar

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.141  
ACÓRDÃO N° : 303-30.376

a matéria, logo a classificação fiscal feita no código 8477.20.90 ao não ser questionada reconhece o acerto de tal posição;

- V. tal descrição não abrange apenas as extrusoras, mas o conjunto de máquinas ou linhas integradas onde venham estas a exercer função principal conforme disposto nas notas 3 e 4 da Seção XVI do Sistema Harmonizado;
- VI. outro aspecto relevante, é o fato de a mercadoria, ao ser apresentada para despacho, conter todos os elementos necessários à sua identificação, bem como o enquadramento tarifário 8477.20.90, que foi aceito pelo Fisco, não podendo atribuir-se à Recorrente a declaração indevida ou inexata;
- VII. ademais, o engenheiro certificante, o Sr. Humberto Fajardo Nunes da Silva concluiu pelo mesmo entendimento do DECEX/GEROP em seu ofício nº 97/535 e, não existindo similar nacional (requisito essencial para concessão do destaque "ex") e sendo o DECEX o órgão competente para habilitar a concessão do "ex" tal atestado emitido, já configura uma expectativa de direito e improcede a aplicação do disposto no artigo 111, do Código Tributário Nacional;
- VIII. por fim, ao tratar da matéria sobre declaração indevida (art. 524 do Regulamento Aduaneiro) ou inexata (art. 44, da Lei nº 9.430/96) o AFTN faz uma confusão, pois não se trata de indicação incorreta de código e sim de dúvidas quanto a mercadoria enquadrar-se no destaque "ex" 010 ou 004 da Portaria do Ministério da Fazenda 279/96 e mais o Ato Declaratório (Normativo) COSIT nº 10/97, suprime qualquer enfoque punitivo, desde que o produto se apresente com os elementos necessários a sua identificação e ao enquadramento tarifário pleiteado e não haja o intuito de fraude do declarante;

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 120.141  
ACÓRDÃO Nº : 303-30.376

IX. pelo exposto, requer a insubsistência do Auto de Infração e que seja, mantido o entendimento do laudo onde a mercadoria se enquadraria no "ex" 004 fazendo jus ao mesmo nível de tarifação pleiteado.

Tendo a Recorrente realizado o depósito administrativo do crédito tributário exigido, foi realizado o desembarço aduaneiro, em 03/09/98, conforme Portaria do Ministério da Fazenda nº 389/76.

Encaminhando a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis, a autoridade julgadora singular considerou o lançamento procedente com a seguinte ementa:

**'IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO.**

**AUTO DE INFRAÇÃO.**

**Ano 1998.**

**DESTAQUE TARIFÁRIO "EX".**

O "EX" é um destaque tarifário criado para diferenciar mercadorias classificáveis dentro de um mesmo código da NCM/SH, e por esse motivo, especifica singularmente a mercadoria.

Tendo o "EX" a finalidade de conceder redução da alíquota do imposto de importação para bens de capital sem produção nacional, diferenças na característica da mercadoria apresentada a despacho aduaneiro, ainda que pequenas, impossibilitam o seu enquadramento no "EX" que especifica a mercadoria a ser importada com amparo em determinado "EX".

A mercadoria a ser importada deve ser exatamente aquela objeto da concessão, com todas as suas características, nem mais nem menos.

**LANÇAMENTO PROCEDENTE.'**

Eis os principais tópicos da decisão, após detalhado relatório do julgador:

I. a mercadoria importada, para a qual pretende-se o enquadramento em determinado "Ex", deve ser exatamente - absolutamente - aquela objeto da concessão, com todas as suas características, nem mais nem menos. *"Por essa razão, entende-se ser absolutamente irrelevante ou até mesmo inócuo a trazida, em feitos da natureza, de questionamentos: a) a respeito da competência para a apreciação do pedido de*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 120.141  
ACÓRDÃO Nº : 303-30.376

“Ex”; b) relativos à política econômica que conduz à concessão de “Ex” tarifário (conforme o original – fls. 118);

- II. o equipamento importado, mercê das descrições havidas nos laudos dos Técnicos credenciados junto à IRF em Itajaí, SC, e conforme consignado pela própria interessada ao formalizar a declaração de importação não é a mesma constante do “Ex” 010 do código NCM/SH de que trata a Portaria MF nº 279/96. *“Têm-se suficientes provas de que a mercadoria importada e apresentada a despacho aduaneiro com base na declaração de importação nº 97/121188-9, registrada em 26/12/1997, não tem a característica de ser planetária”*. (conforme o original – fls. 120);
- III. a mercadoria não pode ser enquadrada no “Ex” 004 do código 8477.20.90, por ser formulação de iniciativa da interessada, quando da formalização do despacho aduaneiro e porque trouxe especificação de mercadoria que não aquela objeto da importação promovida por ela;
- IV. reconheceu o julgador ser incabível no caso do destaque tarifário a aplicação do mandamento disposto no artigo 111 do Código Tributário Nacional. *“Consideradas, no entanto, todas as circunstâncias que envolveram o procedimento fiscal, a referência feita relativamente ao dispositivo em questão como sendo alicerce para sustentar a exigência imposta, ao ser repelida, por imprópria, não é razão para expor o procedimento à insubstância”*. (conforme o original – fls. 120);
- V. entendeu como não relevante o fato de *“autoridade autuante haver confundido declaração indevida com declaração inexata, haja vista que a denominação equivocada de uma situação fática, não invalida a exigência imposta, desde que essa situação esteja corretamente descrita e haja a demonstração de sua subsunção à norma tipificadora da infração, com o devido enquadramento legal e à aplicação da*



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.141  
ACÓRDÃO N° : 303-30.376

*penalidade correspondente.*" (conforme o original - fls. 120);

- VI. entendeu não ser aplicável o Ato Declaratório (Normativo) COSIT nº 10/97, posto que a interessada não descreveu corretamente a mercadoria quando da formalização da correspondente declaração de importação.

Intimada da decisão de Primeira Instância de fls. 113/121 em 22/03/99, a recorrente apresentou tempestivamente em 19/04/99, Recurso Voluntário a este Egrégio Conselho, colacionando os mesmos argumentos já apresentados na peça impugnatória, ressaltando em especial que:

- I. a decisão refutou nominalmente o princípio da interpretação literal, mas entendeu não ser suficiente para expor o procedimento à insubsistência;
- II. aponta o que entende ser contraditório, pois, segundo alega, o julgador, apesar de reconhecer não ser o caso de adotar a literalidade interpretativa, aplica-a em suas razões;
- III. assevera que o "Ex" visa à importação de bens sem similar nacional, sem implicar em redução de direitos, mas de estabelecer, no mundo das obrigações, um imposto integral equivalente a 0% (zero por cento) a incidir sobre a importação daquela espécie de bens. Afirma que o julgado recusou a interpretação econômica, considerando-a dispensável;
- IV. entende que "*não há como dissociar a causa (política econômica) ao efeito (destaque tarifário). O imposto de importação, convenha-se, tem exatamente um cunho extrafiscal porque atende imperativos e política econômica, não se esgotando no efeito puramente arrecadador*" (conforme o original - fls. 130);
- V. eventual discrepância no enquadramento da mercadoria, deveria merecer a aplicação do artigo 112, do CTN;

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO Nº : 120.141  
ACÓRDÃO Nº : 303-30.376

VI. enfatiza não haver erro de classificação, posto que o Fisco não questionou o código declarado.

Finaliza seu recurso requerendo a total improcedência do Auto de Infração, com a consequente restituição dos valores que depositou à guisa de garantia.”

Em atendimento a diligência proveniente da Resolução 303-778, foram apresentados Esclarecimentos Técnicos, por parte dos peritos, em resposta aos quesitos formulados para a diligência, cujos resultados seguem:

**Quesito 1**

Fosse a mercadoria descrita como “linha de fabricação para filmes plásticos no processo *blown film* constituída por uma extrusora para termoplástico, com dois estágios, produção superior a 600kg/h, tipo monofuso”, possuiria ela os atributos de uma “extrusora de rosca dupla co-rotativa para trabalhar plástico”?

**Resposta Eng. Carlos Frederico da Cunha Teixeira – Negativo.**

Sendo a extrusora da linha de fabricação para filmes plásticos acima descrita do tipo *monofuso*, isto é, com apenas uma rosca, por conceito fica excluída a possibilidade dela possuir os atributos construtivos de uma extrusora de rosca dupla co-rotativa para trabalhar plásticos.

**Resposta Eng. Humberto Fajardo Nunes da Silva – Não, fosse a mercadoria descrita como “linha de fabricação para filmes plásticos no processo *blown film* constituída por uma extrusora para termoplástico, com dois estágios, produção de 600 kg/h, tipo monofuso”, ela não possuiria os atributos de uma “extrusora de rosca dupla co-rotativa para trabalhar plástico.**

**Quesito 2**

O que diferencia uma extrusora de rosca dupla co-rotativa dos demais tipos de extrusora?

**Resposta Eng. Carlos Frederico da Cunha Teixeira –** A característica construtiva essencial de uma extrusora de rosca dupla co-rotativa é a existência de duas roscas (parafusos) dispostas lado a lado cujos lobos se intercalam e cuja rotação é sincronizada. No aspecto operacional/produtivo a extrusora de rosca dupla é menos sensível a variações das formulações do termoplástico mas é dotadas de menor capacidade de produção do que uma extrusora de uma rosca só, do mesmo tamanho.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.141  
ACÓRDÃO N° : 303-30.376

**Resposta Eng. Humberto Fajardo Nunes da Silva** - O que diferencia uma extrusora de rosca dupla co-rotativa dos demais tipos é a fato de um extrusora de rosca dupla co-rotativa possuir 02 (duas) rosas que giram no mesmo sentido dentro do canhão enquanto as outras extrusoras possuem:

- no caso das monofuso ou mono-rosca apenas uma rosca dentro do canhão;
- no caso de uma extrusora de rosca dupla contrarolativa, 02 (duas) rosas que giram em sentidos contrários dentro do canhão;
- e no caso de extrusoras multi-fuso duas ou mais rosas dentro do canhão.

**Quesito 3**

Uma extrusora de rosca dupla pode ser do tipo monofuso?

**Resposta Eng. Carlos Frederico da Cunha Teixeira** - Negativo. Entende-se como extrusora do tipo monofuso aquela que possui apenas uma rosca o que conceitualmente a diferencia de uma extrusora de rosca dupla, a qual possui duas rosas.

**Resposta Eng. Humberto Fajardo Nunes da Silva** - Não, pelas razões já expostas na resposta ao Quesito 2, acima uma extrusora de rosca dupla possui duas rosas dentro do canhão e portanto não pode ser uma extrusora do tipo monofuso que possui apenas uma rosca ou fuso dentro do canhão.

**Quesito 4**

Existindo, dentre as partes do equipamento importado, uma extrusora de rosca dupla co-rotativa, pode-se afirmar que seja a função principal do conjunto a mesma que a da extrusora?

**Resposta Eng. Carlos Frederico da Cunha Teixeira** - Afirmativo. A função principal deste conjunto é produzir filme plástico por processo de extrusão (denominado Blown Film) onde o composto termolástico, na forma de granulado ou pó, após ser plastificado/fundido pela energia mecânica gerada pela rotação da rosca e pelas resistências de aquecimento ao longo do cilindro, é conformado em uma matriz de extrusão especial com um mandril cilíndrico vertical por onde se injeta ar e um anel de ar (Polycool®800 Autoprofile) que sopra, refrigera e estabiliza o filme plástico na saída da matriz. O material extrudado, passando ao redor do mandril, é expandido pelo ar injetado por este, assumindo a

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.141  
ACÓRDÃO N° : 303-30.376

forma de um balão tubular na posição vertical. Na seqüência, dispositivos mecânicos com cilindros rotativos tracionam para cima o filme tubular, desfazem o balão tubular tornando-o plano e chato (Traversanip®Oscillating Hauloff) para permitir seu acondicionamento em bobinas por enrolamento no bobinador (Winder Serie 1000). O processo é controlado por um sistema de controle de processo integrado (Extrol 600).

**Resposta Eng. Humberto Fajardo Nunes da Silva – Prejudicado**  
em função da resposta ao Quesito 3.

A Recorrente foi devidamente intimada quanto ao conteúdo do resultado da diligência, conforme comprova o AR de fls. 165, contudo, não manifestou-se a respeito, dentro do prazo permitido.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.141  
ACÓRDÃO N° : 303-30.376

VOTO

De início, reporto-me à Resolução nº 303-778, especialmente às fls. 147/148 dos presentes autos e, sem mais delongas, reitero sua fundamentação. O ponto controverso na presente lide fiscal é o enquadramento do produto importado e descrito na GI, em algum dos "EX" tarifários (nº 04 ou nº 10) instituídos pela Portaria MF nº 279/96.

Em observância ao princípio da Verdade Material converti o julgamento em diligência, no que fui acompanhado por todos os meus pares, determinando que Profissionais Técnicos, os quais, pelos Laudos de fls. 08/60 confrontaram o produto importado com a descrição trazida pelo EX 010, o fizessem também à luz das disposições do EX 04 da posição 8477.20.90, garantindo à Recorrente o direito de se manifestar e exercer com plenitude seus direitos ao contraditórios e à ampla defesa.

Ocorre, entretanto, que intimada a tecer suas considerações sobre as conclusões alcançadas pelo Laudo de Esclarecimento de fls. 154/160, a Recorrente permaneceu inerte, optando pelo silêncio (fl. 167).

Desta feita, julgo o presente feito da forma em que se encontra, adotando como elementos de convicção os trazidos aos autos até aqui.

A matéria tratada na presente lide não é inédita neste E. Terceiro Conselho, vide Acórdão nº 301-28748 prolatado à unanimidade de votos pela C. 1ª Câmara desta Corte, nos autos do processo nº 10314.003127/94-81:

*"CLASSIFICAÇÃO / "EX"/ Extensores de canais ( ... ) - Comprovado em Laudo Técnico, que as características da mercadoria importada não coincidem com a descrição no item 001 da Portaria MF nº 541/93, não pode a mesma se beneficiar do "ex" nº 001 (...)." ( grifei )*

No diapasão do entendimento acima, que se encontra em perfeita consonância para com o prescrito no art. 111 do Código Tributário Nacional, entendo, ante as conclusões trazidas pelos Laudos de fls. 08/60 e 154/160, que as pretensões Fazendárias devem prevalecer.

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 120.141  
ACÓRDÃO N° : 303-30.376

Senão vejamos:

O EX 010 trazido pela Portaria MF nº 279/96 refere-se a:

*"Extrusora planetária para termoplástico, com dois ou mais estágios de produção igual ou superior a 600 Kg/h"*

Ao falar sobre o produto importado pela Recorrente porém, o Laudo Técnico às fls. 17/18 conclui:

*"Em verdade, trata-se de uma linha de produção de filmes plásticos incluindo outros equipamentos além da extursora. A Extursora não é do tipo planetária."*

Assim, entendo que não merece acolhida a pretensão da Recorrente, uma vez que às evidências os produtos importados diferem do descrito no EX 010 / Portaria MF nº 279/96.

Por outro lado, a descrição do EX 004 da Portaria MF nº 279/96 ("linha para fabricação de filmes plásticos no processo "blow film" constituída por uma extrusora para termoplástico, com dois estágios, produção superior a 600 kg/h, tipo monofuso") tampouco corresponde aos produtos importados pela Recorrente, conforme se depreende da leitura dos Laudos de fls. 154/155, os quais, categoricamente, apontam as diferenças existentes entre o produto descrito na norma e o importado pela Recorrente.

Ante o exposto, e o que mais nos autos consta, NEGO PROVIMENTO ao Recurso Voluntário mantendo integralmente o lançamento inicial.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 2002

  
NILTON LUIZ BARTOLI - Relator



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
TERCEIRA CÂMARA

Processo n.º: 10909.001217/98-17

Recurso n.º 120.141

**TERMO DE INTIMAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 44 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, fica o Sr. Procurador, Representante da Fazenda Nacional junto à Terceira Câmara, intimado a tomar ciência do Acordão nº 303.30.376

Brasília-DF, 17, de setembro de 2002

João Hôlanda Costa  
Presidente da Terceira Câmara

Ciente em: 19.09.2002

LEANDRO FELIPE BUN

PFN 105